

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

PF diz que integrantes das Forças elaboraram esquema para retirar Bolsonaro do país, caso o golpe fracassasse. Planalto e Alvorada seriam zonas de proteção temporária

Plano de militares para a fuga do ex-presidente

» RENATO SOUZA

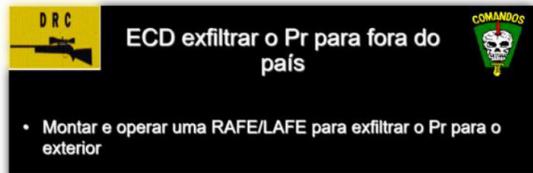
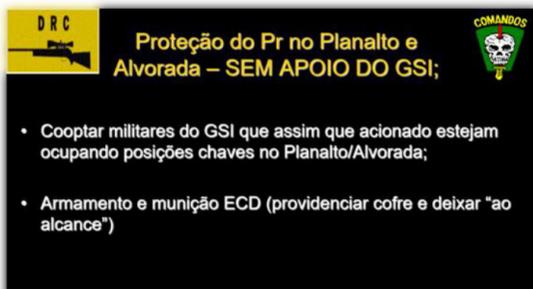
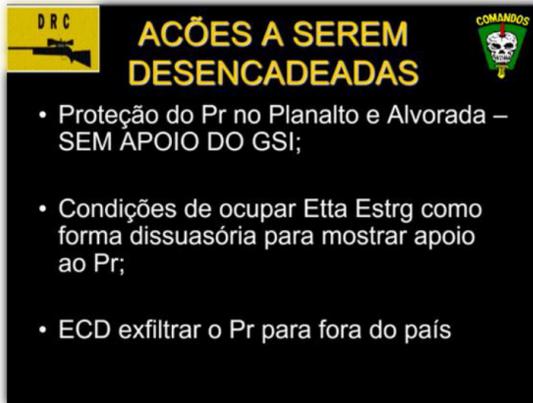
A investigação da Polícia Federal aponta que o ex-presidente Jair Bolsonaro fugiria do país caso a tentativa de golpe de Estado não fosse bem-sucedida. A informação está no relatório final do inquérito que apura o caso e que foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a PF, existia uma articulação de militares que estavam preparados para retirar Bolsonaro do país caso o golpe fracassasse. As diligências mostram que o ex-presidente tinha como plano enfrentar o Judiciário. O ápice desse embate ocorreu em 7 de setembro de 2021, nas manifestações em Brasília e São Paulo, quando o então chefe do Executivo questionou a lisura do sistema eleitoral e atacou o Supremo.

“Os elementos de prova colhidos demonstram que os investigados planejaram o cenário de enfrentamento de Jair Bolsonaro com o Poder Judiciário, que levaria a uma ruptura institucional. Conforme exposto, tal fato ocorreu de forma mais incisiva no dia 07 de setembro de 2021, quando o então presidente ameaçou o STF e seus ministros, evidenciando a prática de atos contra o regime democrático, restringindo a atuação da Suprema Corte brasileira”, diz um trecho do documento.

Militares seriam posicionados em locais estratégicos, incluindo estruturas críticas, para impedir que o poder público cumprisse eventuais ordens dadas pelo Supremo. Havia inclusive, de acordo com a PF, a alocação de armas dentro do Palácio do Planalto, que poderiam ser usadas para proteger o então presidente.

Conforme a PF, apesar de não ter sido colocado em prática em 2021, o plano de fuga foi adotado em 2022, após Bolsonaro perder as eleições e não conseguir apoio



Reprodução do planejamento militar para a fuga, segundo a PF

das Forças Armadas para atacar a democracia. Ele viajou para os Estados Unidos em 30 de dezembro daquele ano.

“Apesar de não empregada no ano de 2021, o plano de fuga foi adaptado e utilizado no final do ano de 2022, quando a organização criminosa não obteve êxito

na consumação do golpe de Estado. (...) Jair Bolsonaro, após não conseguir o apoio das Forças Armadas para consumar a ruptura institucional, saiu do país, para evitar uma possível prisão e aguardar o desfecho dos atos golpistas do dia 08 de janeiro de 2023”, completa a corporação.

do ex-presidente e outros 36 acusados por três crimes — tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa.

Segundo o relatório, as “ações operacionais para o cumprimento de medidas coercitivas (prisão, assassinato etc.) foram planejadas em reuniões que ocorreram em Brasília, nos meses de novembro e dezembro de 2022”. Ainda segundo os federais, em reunião do dia 8 de novembro, pouco depois do segundo turno da eleição presidencial, os militares investigados ajustaram a elaboração do plano que seria exibido a Braga Netto.

“O documento denominado ‘punhal verde amarelo’ foi elaborado e impresso no dia

09/11/2022, no palácio do Planalto, pelo Secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência, general Mário Fernandes, que é um ‘FE’ (Força Especial), tendo inclusive comandando o Comando de Operações Especiais do Exército - COPEsp”, diz o relatório.

O documento escrito por Fernandes descreve o levantamento da estrutura de segurança do ministro Moraes, os meios que deveriam ser empregados e a ação final de prisão e execução do ministro. O planejamento também estabelecia a possibilidade, dentre as ações dos kids pretos, como são conhecidos os FEs, o assassinato de Lula por envenenamento ou uso de químicos e de seu vice, “com a finalidade de extinguir a chapa presidencial”.

Braga Netto é citado como figura central

O general Walter Braga Netto participou do planejamento da prisão e aprovou o plano de assassinato do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente, Geraldo Alckmin, e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O general, segundo o relatório do inquérito da tentativa de golpe mostra que as chamadas “medidas coercitivas” previstas no plano Punhal Verde e Amarelo com o planejamento operacional para ações de Forças Especiais foi feito para ser apresentado ao general.

Braga Netto é um dos personagens mais citados no relatório de 884 páginas da Operação Contragolpe os federais citam seu nome em 98 oportunidades. A operação levou ao indiciamento

Padre criou uma “oração do golpe”

» MAYARA SOUTO

O padre José Eduardo de Oliveira e Silva, um dos indiciados pela Polícia Federal no inquérito que apura tentativa contra o Estado Democrático de Direito, criou uma “oração do golpe” e compartilhou por mensagem no WhatsApp. A informação consta no relatório da corporação.

Em uma mensagem enviada a um contato nomeado como “Frei Gilson”, em 3 de novembro de 2022, o religioso pede que “todos os brasileiros, católicos e evangélicos” façam uma oração para que Deus dê coragem para o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, e outros 16 generais salvem o Brasil. “Lhes ajude a vencer a covardia e os estimule a agir com consciência histórica e não apenas como funcionários

Reprodução/Polícia Federal



O padre Oliveira (D) era próximo de Filipe Martins (E)

públicos de farda”, diz mensagem.

Ao fim da mensagem, Oliveira pedia que o frei repassasse a mensagem somente a “pessoas de estrita confiança”.

De acordo com o relatório da PF, o pároco viajou a Brasília diversas vezes, em novembro e dezembro de 2022, para encontros com o ex-presidente Jair Bolsonaro.



Em áudio, Cid diz que golpe “teria que ser antes do dia 12”. Escaneie o QR Code e ouça

Saiba mais

Táticas de guerra

O relatório da PF aponta que o plano de fuga do ex-presidente Jair Bolsonaro foi estruturado a partir de conceitos militares conhecidos como Rafe (Rede de Auxílio à Fuga e Evasão) e Lafe (Linha de Auxílio à Fuga e Evasão), usados em operações de guerra para resgatar alvos em território hostil. No caso de Bolsonaro, essas táticas foram adaptadas para criar rotas seguras e redes de apoio capazes de viabilizar sua retirada do Brasil.

Além disso, foram planejadas ações coordenadas para desviar a atenção das autoridades e facilitar sua saída por vias alternativas, como rotas clandestinas ou transporte aéreo militar.

Conforme o documento, a participação de militares seria essencial no esquema, com sua mobilização para garantir a segurança de Bolsonaro durante o deslocamento. O relatório também aponta que o plano incluía o uso de armamentos e veículos do Exército para transportar o ex-presidente até pontos estratégicos previamente definidos.

Em 12 de novembro de 2022, o relatório afirma que o tenente-coronel Mauro Cesar Cid, o então major Exército Rafael Martins de Oliveira e o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima se reuniram com general Braga Netto, na residência do general, em Brasília.

Segundo os federais, eles “apresentaram o planejamento das ações clandestinas com o objetivo de dar suporte às medidas necessárias para tentar impedir a posse do governo eleito e restringir o exercício do Poder Judiciário”. Foi ali que, segundo a PF, o plano “Copa 2022” para a prisão de Moraes, em 15 de dezembro, foi aprovado. Até o fechamento desta edição, a reportagem não havia conseguido localizar a defesa do general.

Registros telefônicos, de entrada e saída do Palácio da Alvorada e troca de mensagens mostram que Oliveira participou de vários encontros com o ex-presidente e o então assessor presidencial Filipe Martins, durante o período em que a tentativa de golpe estava sendo planejada.

Em sua defesa, o padre afirmou que viajara para realizar “atendimento espiritual” em Filipe Martins e Bolsonaro. Porém, em conversas captadas pela polícia, José Eduardo tratava, sem nomear, da minuta golpista. Ele dizia que, se o presidente Bolsonaro não assinasse o decreto, o povo ia “se f*”.

Para os investigadores, o religioso integra o chamado “núcleo jurídico” do golpe, que ajudou a preparar decretos e portarias para dar suporte jurídico à ofensiva golpista.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Indiciamento de Bolsonaro catapultado

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está irremediavelmente fora das eleições presidenciais de 2026. Ao ser indiciado pela Polícia Federal como líder da organização criminosa que planejou um golpe de Estado para mantê-lo no poder, após a derrota nas eleições de 2022, a estratégia que vinha sendo implementada pelo PL para aprovar uma anistia aos participantes do 8 de janeiro de 2023 e, no embalo, reverter a inelegibilidade de Bolsonaro, não tem chance de dar certo.

Bolsonaro está sendo abandonado pelos aliados, inclusive os que apoiou nas últimas eleições, como o prefeito Ricardo Nunes (MDB-SP), que tomou distância regulamentar do ex-presidente já no dia em que foi anunciado o resultado das eleições. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PR), que chegou a classificar o indiciamento como “carente de provas” e argumentar que Bolsonaro respeitou o resultado da eleição, na mesma entrevista, espertamente, fez a ressalva de que as investigações deveriam ser conduzidas com “responsabilidade e foco na verdade dos fatos”.

A situação de Bolsonaro se complicou ainda mais após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelo inquérito, ter quebrado o sigilo do relatório da PF. O ex-presidente e mais 36 pessoas foram indiciados por três crimes: tentativa de golpe de Estado, abolição do Estado Democrático de Direito e organização criminosa. Segundo a PF, o golpe planejado por Bolsonaro só não se concretizou por “circunstâncias alheias à sua vontade”.

A PF garante ter provas de que Bolsonaro “planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva dos atos executórios realizados pela organização criminosa que objetivava a concretização de um golpe de Estado e da abolição do Estado Democrático de Direito”. A PF também acusa Bolsonaro de ter conhecimento do plano elaborado por militares do seu círculo de colaboradores para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e Moraes.

Segundo as investigações da PF, que realizou uma operação na semana passada na qual foram presos cinco militares envolvidos na preparação do assassinato, entre os quais um general, as evidências colhidas indicam que Jair Bolsonaro tinha pleno conhecimento do planejamento operacional (Punhal Verde e Amarelo), bem como das ações clandestinas praticadas sob o codinome “Copa 2022”, o plano para sequestrar Moraes. São os registros de entrada e saída de visitantes do Palácio da Alvorada, conteúdo de diálogos entre interlocutores de seu núcleo próximo, análise de ERBs (antenas de telefonia celular), datas e locais de reuniões.

Os generais Augusto Heleno e Walter Braga Netto, ambos ex-ministros de Bolsonaro, também acusados no inquérito, negam participação nos fatos, e seus advogados já pediram vista do processo, o que foi concedido por Moraes. Estão no vértice do organograma da tentativa de golpe montado pelos investigadores. Mas é o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e braço direito de Bolsonaro, que fez um acordo de delação premiada no inquérito, o personagem capaz de complicar ainda mais a vida de Bolsonaro.

Eleições presidenciais

Seu depoimento continua em sigilo, porque as investigações continuam. Durante dois anos de apurações, a PF obteve provas por meio da quebra de sigilos telemático, telefônico, bancário, fiscal, colaboração premiada, buscas e apreensões, entre outras medidas autorizadas pelo Poder Judiciário. Haveria uma divisão de tarefas, agrupadas pela PF em seis núcleos: o de desinformação e ataques ao sistema eleitoral; o responsável por incitar militares a aderirem ao golpe de Estado; o núcleo jurídico; o operacional de apoio às ações golpistas; o núcleo de inteligência paralela; e o de oficiais de alta patente. Mauro Cid teria participação em pelo menos três deles, ou seja, sabia de quase tudo. Por isso, sua delação foi mantida, mesmo tendo ocultado inicialmente a existência do plano para matar Lula, Alckmin e Moraes.

Além do presidente Lula, quem muito se beneficia da situação de Bolsonaro, em termos eleitorais, é o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União-GO), pré-candidato a presidente da República em 2026. Caiado é remanescente da disputa eleitoral de 1989, a primeira eleição direta para a Presidência depois da redemocratização, na qual foi eleito o presidente Fernando Collor de Mello, numa disputa com Lula no segundo turno. Bem apoiado pelos eleitores goianos, Caiado protagonizou uma disputa eleitoral com Bolsonaro nas eleições da capital goiana, na qual seu candidato Sandro Mabel, seu aliado histórico, se elegeu prefeito, contra Fred Rodrigues (PL), um aliado do ex-presidente.

Caiado despontou na política como jovem integrante da União Democrática Ruralista (UDR), que ainda hoje reúne lideranças do agronegócio. Hoje, é uma pedra no sapato de Bolsonaro, que pretende se lançar candidato mesmo estando inelegível, com objetivo de manter suas bases mobilizadas e, caso não consiga recuperar a elegibilidade, apoiar seu filho, Eduardo Bolsonaro (PL), deputado federal por São Paulo. Quem se finge de morto é Tarcísio de Freitas, que nega a intenção de ser candidato em 2026, mas pode também mudar de ideia, se receber o apoio de Bolsonaro, caso Lula esteja muito enfraquecido.